

Ano	2025
Tp. Período	Segundo semestre
Curso	DIREITO
Modalidade	Parcialmente a distancia
Disciplina	1108522 - DIREITO CIVIL - TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES
Turma	DIM

Carga Horária:	68
C. Horár. EAD:	13,6

PLANO DE ENSINO

EMENTA

Direito das Obrigações. Direitos pessoais e direitos reais. Evolução da teoria das obrigações. Noções gerais de obrigações: conceito e elementos constitutivos. Fontes das obrigações. Modalidades das obrigações. Adimplemento e Extinção das obrigações: Pagamento. Inadimplemento das obrigações. Transmissão das obrigações.

I. Objetivos

O Direito das Obrigações é um dos pilares do Direito Privado, pois permeia todos os ramos do Direito. Por isso, a disciplina tem por escopo a análise dogmática do Livro I do Código Civil (arts. 233 a 420), que inaugura a Parte Especial deste diploma legal, bem como investigar a evolução legislativa e projetos de leis sobre a matéria. Não obstante, tem-se como meta a investigação casuística para preparar os futuros aplicadores do Direito a enfrentarem os conflitos sociais decorrentes das obrigações surgidas por determinação legal ou pela vontade das partes envolvidas.

II. Programa

I – Introdução ao Direito das Obrigações

1. Noção geral de obrigação. Conceito jurídico de obrigação. Elementos constitutivos do vínculo jurídico obrigacional.
 2. Evolução histórica do Direito das Obrigações. O vínculo jurídico: débito (Schuld) e responsabilidade (Haftung).
 3. Casos de quebra da igualdade entre débito e responsabilidade. Obrigação civil e obrigação natural.
 4. Distinção entre obrigação (dever de prestar objetivado), dever em geral, ônus e situação de sujeição.
 5. Distinção entre direitos reais e pessoais. Obrigação propter rem. Ônus reais.
 6. Fontes das obrigações: fonte imediata das Obrigações e as tentativas de unificação do Direito Obrigacional; fontes imediatas das Obrigações.
 7. Obrigações e contratos: comparação entre o sistema romano-germânico e o anglo-saxão.
 8. Visão atual quadripartida das fontes das obrigações.
 9. Fontes voluntárias negociais. Negócio jurídico: contratos e atos unilaterais.
 10. Fontes voluntárias não negociais. Os denominados “quase contratos”. As relações contratuais de fato ou relações para-negociais.
 11. Fontes involuntárias consistentes em ato ilícito.
 12. Classificação das obrigações.
 13. Obrigações de dar, entregar e restituir coisa certa. Obrigações de dar coisa incerta. Obrigações pecuniárias: princípio do curso forçado da moeda, princípio do nominalismo, cláusula de escala móvel e revisão judicial das obrigações. Dívidas de valor.
 14. Obrigações de fazer e não fazer.
 15. Obrigações de prestar declaração de vontade.
 16. Obrigações de meio e de resultado.
 17. Obrigações divisíveis e indivisíveis.
 18. Obrigações solidárias. Conceito de solidariedade. Solidariedade ativa. Solidariedade passiva. Extinção da solidariedade.
 19. Obrigações alternativas. A escolha.
 20. Obrigações condicionais e a termo.
 21. Obrigações principais e acessórias.
- II – Adimplemento, inadimplemento e outras formas de extinção das obrigações.
22. Pessoas vinculadas à obrigação. Situação dos herdeiros. Promessa de fato de terceiro, estipulação em favor de terceiro e contrato com pessoa a declarar.
 23. Distinção entre pagamento, adimplemento e cumprimento da obrigação.
 24. Quadro geral das figuras de “pagamento sub-rogado” e das figuras de extinção da obrigação sem pagamento.
 25. O pagamento. De quem deve ou pode pagar.
 26. Daqueles a quem se deve ou se pode pagar. Pagamentos eficazes feitos a quem não é credor e pagamentos ineficazes feitos ao credor.
 27. Objeto do pagamento.
 28. Prova do pagamento e presunções de pagamento. Quitação.
 29. Lugar e tempo do pagamento. Antecipações de vencimento.
 30. O pagamento indevido e enriquecimento sem causa.
 31. Noção geral de inadimplemento. Distinção entre mora e inadimplemento absoluto.
 32. A regra da boa-fé objetiva e o descumprimento de obrigações secundárias ou de deveres acessórios. Caracterização da “violação positiva do contrato”.
 33. Mora: conceito. Espécies. Consequências da mora do devedor.
 34. Termo inicial da mora. Constituição em mora. Casos de exceção ao princípio “dies interpellat pro homine”.
 35. Mora do credor. Consequências. Purgação da mora em geral.
 36. Cláusula penal. Natureza e caracteres da cláusula penal. Pena convencional moratória e compensatória. Efeitos da cláusula penal.
 37. Inadimplemento absoluto. Caso fortuito e força maior. Perdas e danos. Os juros legais.
 38. Quatro figuras relativas ao inadimplemento e subordinadas à regra da boa-fé objetiva: “substantial performance”, “tender of performance”, responsabilidade pelo fato do produto ou serviço e pós-eficácia em sentido amplo.

- III – Pagamentos especiais:
39. Consignação em pagamento.
40. Pagamento com sub-rogação.
41. Imputação em pagamento.
42. Dação em pagamento.
IV – Extinção das obrigações sem pagamento:
43. Novação.
44. Compensação.
45. Confusão.
46. Remissão de dívidas.
V – Transmissão das Obrigações
47. Cessão de crédito.
48. Cessão de débito.
49. Cessão de contrato.

III. Metodologia de Ensino

Atividades docentes: seleção de textos; apresentação do conteúdo por meio de aulas expositivas; orientação de leituras dirigidas de textos e promoção de debates e trabalhos em pequenos grupos; atividades em EAD.

Atividades discentes: participação em aulas, leituras dos textos indicados, elaboração de trabalhos individuais ou em grupos, participação ativa nos debates e estudos dirigidos, participação ativa nas atividades EAD.

As aulas serão expositivas, teóricas e práticas, estimulando o raciocínio e reflexão dos alunos. As aulas teóricas têm por finalidade a exposição didática dos temas relacionados à disciplina, indicando, eventualmente, textos e livros a título de bibliografia complementar de aprofundamento. Estes textos devem ser lidos pelos alunos, que devem estar preparados para discussão em aula. As aulas práticas têm por objetivo o desenvolvimento dinâmico da disciplina, na medida em que serão trazidos casos práticos para serem desenvolvidos e solucionados pelos alunos, bem como julgados para análise crítica, enfatizando-se o método dialético. Além das aulas, serão elaborados, pelos alunos, seminários sobre temas previamente definidos pela Professora com o fim de estimular a pesquisa, oratória e raciocínio lógico.

Ensino a Distância (Conforme Resolução nº 0062/2008-CEPE/UNICENTRO)

I. Conteúdos que serão abordados a distância

I – Introdução ao Direito das Obrigações

1. Noção geral de obrigação. Conceito jurídico de obrigação. Elementos constitutivos do vínculo jurídico obrigacional.
 2. Evolução histórica do Direito das Obrigações. O vínculo jurídico: débito (Schuld) e responsabilidade (Haftung).
 3. Casos de quebra da igualdade entre débito e responsabilidade. Obrigação civil e obrigação natural.
 4. Distinção entre obrigação (dever de prestar objetivado), dever em geral, ônus e situação de sujeição.
 5. Distinção entre direitos reais e pessoais. Obrigação propter rem. Ônus reais.
 6. Fontes das obrigações: fonte imediata das Obrigações e as tentativas de unificação do Direito Obrigacional; fontes imediatas das Obrigações.
 7. Obrigações e contratos: comparação entre o sistema romano-germânico e o anglo-saxão.
 8. Visão atual quadripartida das fontes das obrigações.
 9. Fontes voluntárias negociais. Negócio jurídico: contratos e atos unilaterais.
 10. Fontes voluntárias não negociais. Os denominados “quase contratos”. As relações contratuais de fato ou relações para-negociais.
 11. Fontes involuntárias consistentes em ato ilícito.
 12. Classificação das obrigações.
 13. Obrigações de dar, entregar e restituir coisa certa. Obrigações de dar coisa incerta. Obrigações pecuniárias: princípio do curso forçado da moeda, princípio do nominalismo, cláusula de escala móvel e revisão judicial das obrigações. Dívidas de valor.
 14. Obrigações de fazer e não fazer.
 15. Obrigações de prestar declaração de vontade.
 16. Obrigações de meio e de resultado.
 17. Obrigações divisíveis e indivisíveis.
 18. Obrigações solidárias. Conceito de solidariedade. Solidariedade ativa. Solidariedade passiva. Extinção da solidariedade.
 19. Obrigações alternativas. A escolha.
 20. Obrigações condicionais e a termo.
 21. Obrigações principais e acessórias.
- II – Adimplemento, inadimplemento e outras formas de extinção das obrigações.
22. Pessoas vinculadas à obrigação. Situação dos herdeiros. Promessa de fato de terceiro, estipulação em favor de terceiro e contrato com pessoa a declarar.
 23. Distinção entre pagamento, adimplemento e cumprimento da obrigação.
 24. Quadro geral das figuras de “pagamento sub-rogado” e das figuras de extinção da obrigação sem pagamento.
 25. O pagamento. De quem deve ou pode pagar.
 26. Daqueles a quem se deve ou se pode pagar. Pagamentos eficazes feitos a quem não é credor e pagamentos ineficazes feitos ao credor.
 27. Objeto do pagamento.
 28. Prova do pagamento e presunções de pagamento. Quitação.
 29. Lugar e tempo do pagamento. Antecipações de vencimento.
 30. O pagamento indevido e enriquecimento sem causa.
 31. Noção geral de inadimplemento. Distinção entre mora e inadimplemento absoluto.
 32. A regra da boa-fé objetiva e o descumprimento de obrigações secundárias ou de deveres acessórios. Caracterização da “violação positiva do contrato”.
 33. Mora: conceito. Espécies. Consequências da mora do devedor.
 34. Termo inicial da mora. Constituição em mora. Casos de exceção ao princípio “dies interpellat pro homine”.
 35. Mora do credor. Consequências. Purgação da mora em geral.
 36. Cláusula penal. Natureza e caracteres da cláusula penal. Pena convencional moratória e compensatória. Efeitos da cláusula penal.
 37. Inadimplemento absoluto. Caso fortuito e força maior. Perdas e danos. Os juros legais.
 38. Quatro figuras relativas ao inadimplemento e subordinadas à regra da boa-fé objetiva: “substantial performance”, “tender of performance”, responsabilidade pelo fato do produto ou serviço e pós-eficácia em sentido amplo.

III – Pagamentos especiais:

39. Consignação em pagamento.
 40. Pagamento com sub-rogação.
 41. Imputação em pagamento.
 42. Dação em pagamento.
- IV – Extinção das obrigações sem pagamento:
43. Novação.
 44. Compensação.

- 45. Confusão.
 - 46. Remissão de dívidas.
 - V – Transmissão das Obrigações
 - 47. Cessão de crédito.
 - 48. Cessão de débito.
 - 49. Cessão de contrato.
-

II. Metodologia de trabalho

Material disponibilizado via Moodle (textos para leitura e vídeos explicativos), Resolução de Atividades de fixação dos conhecimentos e chats para esclarecimentos de dúvidas.

III. Tecnologias utilizadas

Plataforma Moodle – EaD.

IV. Cronograma de tutoria presencial

A tutoria ocorrerá nos horários das aulas presenciais e, também, nos horários destinados ao atendimento ao aluno (AA), conforme consta no Plano Individual de Atividade Docente (PIAD) e divulgado aos alunos no Moodle.

V. Critérios de avaliação

A avaliação ocorrerá de duas formas, a primeira online com a resolução de atividades disponibilizadas no Moodle e a segunda, presencial, por meio de avaliação escrita.

VI. Cronogramas de avaliação

Durante o período de andamento das atividades virtuais, pela resolução de atividades virtuais no Moodle e ao final das horas, sobre o conteúdo aplicado a distância, por meio de avaliação presencial.

IV. Formas de Avaliação

A avaliação será realizada de forma contínua, considerando-se: Participação e interesse em aula e atividades propostas; Pontualidade e frequência; Participação em seminários; Elaboração e apresentação de pesquisa; Avaliações escritas e orais; Avaliações mediante o uso do MOODLE. Ao final do semestre letivo será oportunizada ao aluno a realização da Atividade de Recuperação de Nota (ARN).

V. Bibliografia

Básica

- DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. 35 ed. São Paulo: Saraiva, 2020. v. 2.
- GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil. V. 2. São Paulo: Saraiva, 2015.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2010, v.2.

Complementar

- MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil. 40ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013, v. 4 e 5.
 - RODRIGUES, Silvio. Direito civil. São Paulo: Saraiva, 2003, v. 2.
 - TEPEDINO, Gustavo (Coord.). Obrigações: estudos na perspectiva civil-constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
 - TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil: volume único. São Paulo: Gen Método, 2013.
-

APROVAÇÃO

Inspetoria: DEDIR/G
Tp. Documento: Ata Departamental
Documento: 2
Data: 14/03/2025